



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

ANDREIA DA SILVA SIQUEIRA

**O Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)
e a formação continuada dos professores alfabetizadores**

**Brasília – DF
2020**

ANDREIA DA SILVA SIQUEIRA

**O Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)
e a formação continuada dos professores alfabetizadores**

Projeto de pesquisa apresentado à disciplina Projeto 5 Fase 2, como requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Brasília, sob orientação da professora Dra. Nara Maria Pimentel.

Brasília – DF

2020.

DEDICATÓRIA

A vida é uma eterna escola. Aprender não depende apenas do sucesso, o fracasso, as dificuldades também nos ensinam muito. Tivemos uma vida difícil, sofrida, mas isso foi ensinamento. Saímos de uma localidade longínqua da civilização, com sacrifício obtivemos sustento.

Deus, nunca foi sorte, sempre foi Deus. Ao meu bom Deus eu agradeço pela Glória de mais uma conquista.

Meu pai, meu velho papai, meu amado pai, Seu Antônio, ele é um dos grandes responsáveis por todas as vitórias que conquistamos nessa longa jornada.

A ti dedico este trabalho, todas as dificuldades que enfrentei para concluir o curso, tão somente dedico a ti a força que tive para alcançar o final.

À minha querida tia Francisca que na ausência de um ser materno, desempenhou excelente papel com muito carinho e amor como só sendo uma verdadeira mãe.

Aos colegas, tutores e professores que me prestaram auxílio, aqui vai essa dedicatória, como também meu agradecimento.

Enfim, a todos aqueles que estiveram presentes nesses anos de vida, de estudo, que foram capazes de, imperceptivelmente, me transformar em filha, aluna, profissional e humana, o meu muito obrigado.

**"Mestre não é quem sempre ensina, mas,
Quem de repente aprende".
(Guimarães Rosa)**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS	11
2.1 GERAL	
2.2 ESPECÍFICOS.....	
3. JUSTIFICATIVA	12
4. CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ACORDO COM OS APORTES TEÓRICOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC.....	16
5. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
7. MEMORIAL EDUCATIVO	26
8. PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS.....	28
9.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

A definição jurídica da idade de entrada e permanência das crianças na escola é um processo de construção histórica, que incide sobre sujeitos sociais concretos. As crianças se situam em uma idade da vida, em um tempo de aprender a ser realizado nos espaços escolares. Desse processo, deriva a construção de representações em que o sujeito criança assume a posição social de aluno, em um tempo e em uma instituição específicos. (NEVES et al, 2017).

Ainda segundo os autores,

“No caso brasileiro, essa construção acontece apoiada, entre outros aspectos, na legislação educacional e nas políticas públicas. Já a partir do século XIX, no Brasil, começa a ser construída a obrigatoriedade da frequência à escola. Completando dez anos, a promulgação das Leis Federais nº 11.114/2005 (Brasil, 2005) e nº 11.274/2006 (Brasil, 2006) instituiu uma nova organização do Ensino Fundamental, a ser iniciado aos seis anos de idade e com duração de nove anos (2017, p. 347).”

Desse modo tornou-se necessário orientar como a nova forma de organização seria implementada. Tem-se atualmente diversos documentos, como as Leis, portarias e diretrizes, como por exemplo as *Diretrizes Curriculares Para a Educação Infantil*, os quais destacam que a escola: [...] necessita reorganizar a sua estrutura, as formas de gestão, os ambientes, os espaços, os tempos, os materiais, os conteúdos, as metodologias, os objetivos, o planejamento e a avaliação, de sorte que as crianças se sintam inseridas e acolhidas num ambiente prazeroso e propício à aprendizagem (Brasil, Diretrizes Curriculares Para a Educação Infantil, 2004, p. 21).

Os primeiros passos da vida escolar, período que corresponde ao ensino infantil, é o primeiro passo para inserção das crianças na vida social. Neste período passam a se conhecer, e passam a desenvolver conhecimento sobre o outro. Desenvolvem a percepção das coisas, diferenças e semelhanças, passam a desenvolver opinião sobre as coisas, ter noção sobre as ações que tendem a desenvolver, começam a ter convicção dos brinquedos que querem, empoem condições na tentativa de atingir objetivos. Nessa fase também se intensificam as aplicações de regras e limites de convivências com base no respeito de si e do próximo.

Sendo a Educação Infantil uma etapa da educação básica que promove o desenvolvimento físico, intelectual, linguístico e social das crianças, cabe ao espaço escolar assegurar em sua proposta pedagógica o acesso e permanência do aluno na escola. Valendo-se do cenário brasileiro atual onde a sociedade passa por um processo de reconhecimento sobre a importância da educação como fator equalizador de oportunidades, como possibilidade de

solução para a desigualdade, é importante, então conhecer as bem feitorias que planos e projetos oferecem para as instituições de ensino.

O Brasil teve sua trajetória de descobrimento, que marca os dias de hoje com comemorações de independência, algo que não pode cair no esquecimento. A trajetória da educação infantil também deve ser lembrada, iniciada nos finais dos anos de 1900, durante o regime militar, mais precisamente no ano de 1988, ano em que foi elaborada a Constituição Federal, que dentre tantos textos, apresentou o texto onde as creches e pré-escolas passaram a ser parte do sistema educacional.

Mas alguns problemas se concentravam na área educacional infantil, com a precariedade em atender as crianças pobres. Assim houve a necessidade em se dividir a educação infantil por faixa etária, ficando as creches destinadas às crianças de 0 a 3 anos, e as pré-escolas para 4 a 6 anos. Esse período foi marcado por um lento processo de expansão.

No período de início do século XX, formas de visualizar lucros modificaram a forma como eram vistas as crianças pobres, e estas passaram a ter direito a frequentar as instituições, tudo isso porque a educação assistencialista promovia uma pedagogia de submissão, que pretendia preparar os pobres para a exploração.

A criação do Departamento de Cultura possibilitou que se criasse uma instituição que reunisse todos os segmentos, por meio da Divisão de Educação e Recreio.

Mas um dos grandes marcos da educação infantil brasileira se deu através do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, com o intuito de oferecer educação e assistência física e psíquica as crianças na idade pré-escolar.

Assim, temos um breve relato de algumas dificuldades que a educação infantil sofreu no Brasil, e que só veio a ter melhorias a partir do momento em que o Ministério da Educação passa a se ocupar da Educação pré-escolar.

Mas para amenizar a situação, os Parâmetros Nacionais de Qualidade oferecem justamente as possíveis soluções para essas dificuldades, porque ele estabelece padrões de referências que servem como orientações para o sistema educacional em relação ao funcionamento e organização das instituições de ensino infantil. Dentro dos parâmetros, existem desdobramentos, como os indicadores de qualidade, que permitem que sejam criados instrumentos para a elaboração de diagnósticos, que tem por finalidade estabelecer os requisitos necessários para uma Educação Infantil onde possibilite ser desenvolvido na criança aspectos intelectual, físico, psicológico e social. (BEZERRA, 2018, pag. 20-21).

Com isso, sendo a criança um ser humano em desenvolvimento, que espelha seu comportamento com base nas ações dos adultos, com vivências que concretizam seus

conhecimentos, é importante reforçar a adoção de atitudes positivas para a formação de seus valores. Sobretudo, deve-se buscar meios de incentivar a frequência e a permanência escolar, para então se atingir bons resultados em relação a sua formação como indivíduo ativo na sociedade, de boa índole e com desenvolvimento intelectual e cognitivo satisfatório conforme sua capacidade.

As escolas de hoje alcançaram um patamar onde possuem uma função social e de transmissão cultural, bem distinta das de antigamente, que eram voltadas para transmissão de simples conhecimentos, e ganharam magnitudes sendo responsáveis por manter valores e normas de condutas.

Contudo, conforme aponta Pereira (2019) a evasão escolar pode ser entendida como uma situação problemática que desencadeia uma série de determinantes, que podem ser entendidos como o fracasso escolar do estudante ou da própria instituição. Esse fracasso é o desencadeador da evasão muitas vezes pela questão da repetição de ano, ou a sensação do aluno de que não adquiriu conhecimentos suficientes, gerando insegurança, desmotivação e, por consequência, a evasão do ambiente escolar.

O fracasso escolar é considerado um dos graves problemas do sistema escolar brasileiro, principalmente em crianças carentes, além de ter um grande número de reprovações nos anos iniciais do fundamental, insuficiência na alfabetização e letramento, exclusão da escola ao longo dos anos ou dificuldades escolares não superadas pelos alunos que comprometem o seguimento dos estudos, que logo “evadem” da escola. A finalidade de explicar a repetência não só está ligada as deficiências do aluno, mas por outros fatores como: características individuais dos alunos, as condições familiares, a interação professor-aluno, aspectos internos e estruturais da organização escolar. (PEREIRA, 2019, pp.36-51).

Tudo isso levando em consideração que muitas instituições de ensino para alcançar seus objetivos, enfrentam muitas dificuldades, como a baixa frequência das crianças, ocasionada por fatores de localização e deslocamento, como também falta de recursos didáticos e capacitação profissional do corpo escolar. Nota-se a existência de carência de políticas públicas para a educação infantil, o que resulta em escolas sem estruturas adequadas para o aprendizado, podendo ser um desestímulo aos alunos.

Deste modo, a alfabetização na idade certa corresponde a um patamar de educação da primeira etapa da vida escolar e de convívio social da criança, influenciando, assim, na formação de indivíduos ativos na sociedade, então, buscar conhecer os pontos favoráveis e os pontos desfavoráveis enfrentados pelos professores durante o processo de ensino e aprendizagem, é de fundamental importância para saber como se dá o desenvolvimento de consciência fonológica, desenvolvimento ortográfico e de leitura, com base na formação

continuada dos professores alfabetizadores através do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa-PNAIC.

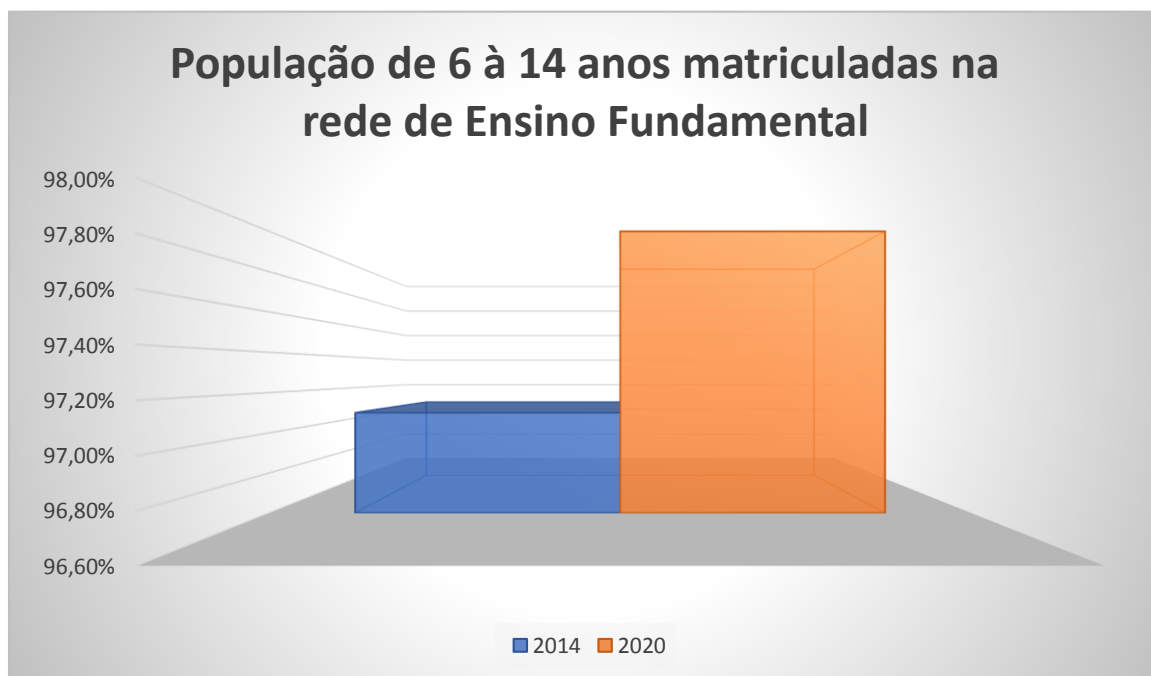
O PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - constitui-se num conjunto integrado de ações (Brasil, Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Formação do Professor Alfabetizador. Caderno de Apresentação, ano 1, 2012):

- *Formação*: formação continuada presencial para professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo;
- *Materiais didáticos*: materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais compondo o conjunto de materiais específicos para a alfabetização;
- *Avaliações*: avaliações internas e externas visando aferir o nível de desenvolvimento dos alunos;
- *Gestão e controle social*: articulação entre Coordenações Institucional, Estadual e Municipal, visando assegurar a organização e funcionamento do programa.

Além de materiais e referências curriculares e pedagógicas, que passaram a ser disponibilizados pelo MEC, enfatizando a formação continuada de professores alfabetizadores.

A *garantia* da alfabetização plena de todas as crianças, como redigido na meta 5 do Plano Nacional de Educação (2015), é importante porque estabelece um denominador comum e gera um compromisso para toda a sociedade brasileira, além de exigir uma visão sistêmica da educação, é um dos pilares para o alcance de outras Metas do PNE, em especial a meta 2, que determina universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que os alunos concluam essa etapa na idade recomendada, conforme prevê o documento do PNE que visa atingir suas metas até o final de sua vigência, em 2024.

Com os dados atualizados, do observatório do PNE, as pesquisas de 2020, apontam que 98% da população de 6 a 14 anos matriculadas na rede de ensino fundamental, faltando 2 % do total, meta a ser atingida até 2024. Em 2014, o percentual era de 97,1%, um aumento 0,9% no decorrer de 6 anos, um índice baixíssimo.



Fonte: SIQUEIRA, Andréia da Silva. Pesquisa Bibliográfica, 2020.

Ainda comparando 2014 com 2020, a porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura, evoluiu de 43.8% para 45.3%, uma elevação pouco significativa, entretanto considerável.

Ademais com base no Observatório, vê-se na estratégia 1.8, a proposta de promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior. Isso evidencia os esforços para cumprimento das metas e estratégias mencionadas anteriormente. Já que a valorização do profissional de educação, através de formação continuada, corrobora com os resultados buscados na qualidade da educação e prestação do serviço, facilitando para atingir as propostas das metas.

É evidente que no país, tem se buscado estratégias e planos que visem melhorar a qualidade da educação. O PNAIC é um exemplo da busca para se elevar o patamar educacional do Brasil, sobretudo, busca -se melhorias na qualidade do ensino, começando pela capacitação dos profissionais que atuam na área.

As iniciativas de Formação Continuada constituem valorosíssimas situações de aprendizagem e crescimento profissional dos professores, na medida em que oportunizam a aproximação dos pressupostos teóricos com a prática pedagógica. Para tanto elas devem desenvolver a capacidade de conscientização do professorado, de que a teoria e a prática são apenas as “duas metades da laranja”, na medida em que a teoria o auxilia na compreensão da prática e que lhe atribui sentido e significado. E seguindo esta corrente, a prática propicia um melhor entendimento da teoria e que supre a necessidade de confirmação existente na mesma. (EIFLER, 2016, pag.53-54).

Ainda nos conceitos de Eifler (2016), a capacitação deve atender as necessidades dos professores no quesito fazer pedagógico, e jamais deve ser entendido como um receituário ou manual a ser seguido, como um asso a passo metodológico. Isso jamais funcionaria visto que

Uma Formação Continuada de qualidade deve ser capaz de dotar o professor de uma fundamentação teórica consistente, e capacitá-lo a tomar consciência dos aspectos externos que interferem na educação (EIFLER, 2016, pag. 55).

Já que a prática educativa não se restringe as paredes da sala de aula, todavia abrange um contexto maior dadas situações e circunstâncias que podem interferir diretamente no andamento da prática pedagógica é, por conseguinte, em seus resultados.

Portanto, a escolha do tema da formação continuada dos professores alfabetizadores no contexto do PNAIC reflete a necessidade da consolidação de políticas públicas de educação para essa modalidade de ensino. Com bases sólidas o professor poderá realizar seu trabalho com competência e melhor qualidade de ensino e aprendizagem.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Refletir sobre a contribuição da formação continuada promovida pelo PNAIC para a prática docente dos professores alfabetizadores.

2.2. Objetivos Específicos:

- Compreender a formação continuada do PNAIC;
- Interpretar a Concepção de Alfabetização e Letramento de acordo com os aportes teóricos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC;
- Refletir sobre as contribuições do processo de formação continuada do PNAIC no PNE;

3. JUSTIFICATIVA

Em 2012, um acordo assumido formal e oficialmente entre Governo Federal, estados, municípios e entidades deu origem ao PNAIC - Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, com o objetivo de alfabetizar crianças no ciclo de alfabetização até, no máximo, 08 anos de idade.

O Pacto surgiu como um programa de formação continuada destinada aos professores alfabetizadores com o intuito de oferecer capacitação, instrução e monitoramento aos docentes, objetivando mudanças na prática docente, e buscar garantir os direitos de aprendizagem em todas as áreas do conhecimento para todas as crianças no processo de alfabetização até o 3º ano.

Costuma-se ouvir, pelo senso comum que as crianças, são consideradas o futuro da nação e, portanto, são de grande importância na composição de um país promissor, unificado e tolerante as diferenças. É importante, entretanto, inclui-las em projetos que visem educá-las de modo que sejam capazes de assumir responsabilidades para com o próximo e, sobretudo, consigo mesmas, desenvolvendo assim, o exercício de cidadania e vivência em sociedade.

Sabe-se que a educação é de responsabilidade da família e obrigatoriedade do Estado (Art. 205, Constituição, 1988), erradicando o analfabetismo, universalizando o atendimento escolar, superando as desigualdades educacionais, melhorando a qualidade do ensino e formando para o trabalho.

A educação é o que desenvolve o país, cidadãos bem informados possuem o poder de transformação social, econômico e político. E cabe a todos os entes federativos garantir uma educação de qualidade e grátis para toda população brasileira.

Segundo a constituição federal de 1988 e o regulamento da LDB 9.394/96, cabe a cada ente federativo, assegurar sua responsabilidade quanto a educação. A união elabora os planos nacionais e presta assistência financeira aos estados e municípios, para que os mesmos assegurem às crianças de todas as classes sociais o direito ao ensino fundamental e ensino médio com qualidade e são responsáveis por facilitar a frequência escolar das crianças através dos transportes gratuitos.

Mas será que o Brasil realmente possui a educação de qualidade igualitária capaz de transformar o país?

Infelizmente a realidade educacional brasileira é outra, pois o desempenho escolar está ligado às condições financeiras, desse modo justifica o fato de que o maior índice de analfabetismo está entre pessoas de baixa renda

Neste intuito, educar na idade certa corresponde não somente ao processo de alfabetizar possibilitando à criança a tarefa de decodificar letras, ler e escrever. *“Assim, assumimos que nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental temos como tarefa básica ampliar o universo de referências culturais das crianças, bem como contribuir para ampliar e aprofundar suas práticas de letramento.”* (BRASIL, PNAIC, caderno de apresentação, 2012, p. 07).

Educar na idade certa corresponde também ao processo de desenvolvimento de estímulos, como capacidade cognitiva passando a entender aspectos sociais e culturais, como também os linguísticos.

Desse modo, introduzimos, no âmbito da educação formal, conceitos que são relevantes em diferentes áreas de conhecimento: Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Humanas. A escolha dos conhecimentos que são fundamentais em cada uma dessas áreas precisa ser feita com base na relevância dos temas e nas possibilidades de mobilização desses conceitos para a leitura de mundo dos meninos e das meninas, articulando seus contextos familiares a outras esferas de participação social (BRASIL, PNAIC, caderno de apresentação, 2012, p 7).

No entanto, temos em nosso país uma série de dificuldades que impossibilitam o atendimento educacional a toda a população. A pobreza é um dos grandes fatores que impactam na educação escolar. A condição de pobre impede que crianças e jovens frequentem regularmente a escola, em alguns casos pela necessidade de trabalhar e ajudar nas despesas de casa. Outras vezes por falta de transporte, ou de um adulto que as acompanhe até o estabelecimento de ensino, e ainda, em alguns casos, devido a falta de materiais e uniforme, até mesmo a falta de um simples conjunto de roupas e um par de chinelos.

Conforme cita Benigno Núñez Novo (2019)

(...)embora a educação ocorra em todas as sociedades, ela não está presente em todas de forma única, com isso, constitui-se o conceito de educações, já que as experiências de vida dos homens, bem como suas necessidades e condições de trabalho são diferentes. Com isso, não pode haver uma educação única igualitária a todos, visto que sempre uma parte da população disponibilizará de recursos e facilidades no acesso à educação, enquanto outros, por suas condições, modo de vida ou raízes, dispõem de poucas chances de receber uma educação equivalente aos demais.

Para tanto, além das desigualdades sociais que dificultam o acesso é permanência aos estabelecimentos de ensino, NOVO (2019) ainda acrescenta dizendo que:

“A assim a escola devia ser um lugar especial, nitidamente circunscrito onde se reúnem os jovens, agrupados e divididos por classes ou faixa etária, mas assim mesmo cada escola tem suas variedades de ensino, suas normas, critérios, avaliações e cada uma transmitem e criam seus conhecimentos.
A Educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de se obter um emprego.

O financiamento da educação é elemento estruturante para a organização e o funcionamento das políticas públicas educacionais e, desse modo, para materialização do Sistema Nacional de Educação. Embora não seja fator suficiente, é condição necessária para a universalização do direito à educação pública de qualidade.

Muitas escolas não têm a infraestrutura adequada para o aprendizado, o que é considerado pelos especialistas um dos fatores que contribuem para o desestímulo dos alunos.

As regiões Norte e Nordeste são as mais afetadas - muitas não possuem salas de leitura, bibliotecas ou acesso à internet. Isso dificulta o desenvolvimento e incentivo a tecnologias educacionais que poderiam ser grandes aliadas dos professores e alunos.” (NOVO, 2019).

Sabemos que cada criança tem o seu tempo e modo de aprender, e apresentam desenvolvimento diferentes de uma para a outra, entretanto, manter uma rotina de frequência escolar, favorece para o bom aprendizado, sem acarretar futuros prejuízos no processo de ensino e aprendizagem, estabelecendo-se, assim um ritmo, onde a criança passa a receber informações todos os dias, sem interrupções, e em contrapartida, possibilita ao professor, neste processo de alfabetização, identificar e reconhecer as limitações e aptidões de cada criança, para assim, trabalhar em cima disso. Por isso, é de fundamental importância o papel do professor nesse processo de alfabetização, por ser ele um agente ativo na formação de um cidadão, tendo influência para orientar e motivar os alunos e, sobretudo, que necessita de uma educação continuada para os educadores, com vista à discussão sobre alfabetização e o letramento, bem como outros temas relacionados ao ensino e aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme orienta o PNAIC.

Desse modo, os profissionais da área tornam-se importantes na etapa de alfabetização pois tem a responsabilidade de qualificar os alunos, os ajudando sobre os mais diversos assuntos, já que estes estão boa parte do tempo juntos às crianças, exercendo assim uma influência de modo formal, mas vale ressaltar que isso não inibe a responsabilidade de participação dos pais na educação dos filhos. Deste modo, educadores devem contar com um processo de aprendizagem bem elaborado com objetivos e metas adequadas.

Para tanto, vale contar com uma boa formação e qualificação para os profissionais da área. Com isso, o PNAIC conta com diversas estratégias, como a educação continuada, *na implementação de estratégias didático-pedagógicas que efetivamente permitam às crianças a consolidação dos direitos, das competências e das habilidades de Leitura, Escrita e Matemática previstos para serem alcançados em cada ano do Ciclo de Alfabetização.* (BRASIL. PNAIC, documento orientador. 2017, p. 11).

Além disso, segundo Oliveira (2018), o PNAIC se faz importante devido ao fato de que no campo da Educacional, a formação dos professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental, é de suma importância pois desempenha um papel no sentido de que as ações

pedagógicas, pois estas interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem, já que constantemente se faz necessário inovar e dinamizar a prática pedagógica. Tais inovações se devem ao fato das contínuas mudanças da sociedade. *“Nesse contexto, exige-se cada vez mais desses profissionais aulas otimizadas tornando-se significativas para os alunos aprenderem e assim desenvolverem-se melhor no processo em que se encontra.”* (OLIVEIRA, 2018, p. 8).

4. A CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ACORDO COM OS APORTES TEÓRICOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC

A alfabetização apresenta vários conceitos, mas de modo geral, levam a mesma significância, alfabetizar consiste em “*apropriar-se de habilidades que possibilitem a leitura e escrita de forma adequada, nas diversas situações em que precisamos ler e escrever diferentes gêneros e tipos de textos, em diversos suportes, com diferentes objetivos e interlocutores*” (ARAÚJO; REIS, 2014, pag. 2).

Com isso, é de suma importância que o professor compreenda a importância e o significado de alfabetizar letrando, ou seja, orientar a criança para que ela aprenda a ler e escrever com base em práticas reais de leitura e escrita, fugindo das tradicionais e artificiais cartilhas, substituindo por livros, jornais, revistas, enfim, materiais presentes em seu dia a dia, materiais estes que circulam tanto na sociedade em geral, como também nas escolas. . Para tanto, cabe, neste contexto, uma capacitação, a formação continuada ao professor, pautando em estudos cientificamente estruturado e aliado a sua prática docente.

Como a nossa sociedade está em constantes transformações, e sendo o aluno participante ativo dessas inovações que diariamente partilha de vivência na escola e no âmbito familiar, se deparando com situações adversas do meio sociocultural, é imprescindível que o docente disponha de habilidades para conciliar um meio terno dentro desses dois ambientes de vivência do educando, como por exemplo, apropriar-se de situações cotidianas para trabalhar gêneros de texto, meios de comunicação, etc. Por isso, a formação do professor deve ser contínua, tanto metodologicamente quanto praticamente.

A metodologia consiste no caminho que o professor deve seguir. Funciona como um mapa, mostrando-lhe a direção. A prática, é onde o professor põem em ação o que viu, ou seja, é a caminhada em si pelo caminho que mapeou. E nisso, além dos ensinamentos que transmite em sala de aula e que o possibilita aprender junto com seus alunos, diariamente em seu dia a dia, no cotidiano escolar, ocorrem inúmeras aprendizagens, novas descobertas, troca de informações e conhecimento, diálogo e debates.

Enfim, o professor não é um sujeito neutro, seus saberes experienciais e científicos devem ser valorizados, sua formação deve ser articulada com sua vida pessoal e a relação teoria e prática.

4.1 – A formação continuada no PNAIC

Para garantir o direito à alfabetização plena a todas as crianças até os oito anos de idade, foi criado em 2012 o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), O PNAIC – um compromisso formal e solidário assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios¹, para atender à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental com este desafio de que todas crianças brasileiras até a idade estipulada sejam alfabetizadas plenamente.

O pacto não é apenas um documento que prevê a alfabetização na idade certa. Ele também estipula quatro eixos de atuação importantíssimos para que o objetivo geral seja atingido.

Tais eixos são:

- *Formação Continuada de professores alfabetizadores: cursos presenciais com duração de 2 anos.*
- *Materiais didáticos e pedagógicos: livros, dicionários, obras complementares, jogos de apoio a alfabetização, dentre outros.*
- *Avaliações: acompanhamento do desenvolvimento do plano, para implementações corretivas para as deficiências didáticas conforme cada localidade.*
- *Gestão, controle social e mobilização: sistema de gestão e monitoramento da implementação das etapas anteriores.* (BRASIL, Caderno de Apresentação ano 3, 2015, pag. 10).

Evidenciam-se os esforços para que haja cumprimento as legalidades, sobretudo a importância que as metas sejam atendidas. Como exposto nos Parâmetros Nacionais de Qualidade volume II, “[...] *mas os requisitos necessários para uma Educação Infantil que possibilite o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social*”.

Deste modo, a formação continuada oferecida pelo PNAIC, aceita pelos profissionais de educação, consiste, em parte, destinada aos professores alfabetizadores, em:

(...) curso presencial com duração de dois anos, dividido em cento e vinte horas anuais. A instrução baseia-se no Programa Pró-Letramento, cujo método de ensino expõe estudos a atividades práticas ao longo do curso.

Os encontros são conduzidos pelos Orientadores de Estudo. Eles são professores da rede de ensino, capacitados por meio de curso específico com duzentas horas anuais, ministrado por universidades públicas.

(...). Os encontros desenvolvidos no curso do Pacto para os Professores Alfabetizadores abordam temas relacionados aos direitos de aprendizagem, processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem, planejamento e avaliação das situações didáticas e conhecimento e uso dos materiais distribuídos *pele* Ministério da Educação. De acordo com o MEC, todos estes temas voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo de alfabetização. (JESUS, 2014, pag. 13, 14).

Com base no Caderno de Apresentação do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade na idade certa, a capacitação dos profissionais, não somente dos professores alfabetizadores, como também de todos os membros da escola, é uma forma de valorização do profissional, não apenas de melhorias na qualidade da educação básica da rede pública de ensino, mas uma forma de dignificar o trabalho dos educadores.

Na concepção de Marcelo García (1999, pag. 193 apud SILVA e VITÓRIA 2012, pag. 3), a definição de educação continuada é:

[...] [deve ser] entendido como um processo de aprendizagem mediante o qual alguém (professores, directores) deve aprender algo (conhecimentos, competências, disposições atitudes), num contexto concreto (escola, universidade, centro de formação) implica um projecto, desenvolvimento e avaliação curricular. O currículo, neste caso, refere-se à planificação, execução e avaliação de processos formativos, tendentes a melhorar a competência profissional dos professores [grifos do autor].

Nesse intuito, a formação continuada deve estimular nos professores a apropriação do saber que eles portam, dando-lhes sentido da sua ação profissional, para além de sua condição inegável de independência social. É por tal condição, o governo lança recursos visando melhorias na qualidade educacional, e sendo assim, os educadores destacam-se por suas capacidades, competências, cargos, posições, importâncias e influências que exercem.

4.2 - A Concepção de Alfabetização e Letramento

Podemos notar que a nossa sociedade atual exerce influência sobre o trabalho escolar, influências essas que partem das modificações na economia que exige que a população se adeque aos interesses do mercado de trabalho, exigindo-se mais qualificação para suprir as vagas de emprego. Além da revolução informacional, que nada mais é do que a tecnologia, que cada vez mais abrange a sociedade e exige que a escola possibilite acesso a todos, principalmente aos que estão nas margens da sociedade que não possuem condições financeiras, mas no caso não adianta a informação sem o conhecimento. E há a crise ética que dispõem uma visão onde se busca o interesse pessoal, e neste contexto a escola tem o papel de revitalizar a formação ética.

Para tanto, faz-se necessário uma nova escola que supra as transformações desse novo tempo, que forneça formação cultural e científica, onde o contato da cultura seja aquela provida cientificamente e visse e versa (LIBÂNEO, 2001).

Alguns movimentos foram criados para a escola atual alcançar os objetivos propostos. Libâneo (2001) destaca os movimentos de igualdade de sexos, onde a escola deve passar a lição de que as diferenças entre homens e mulheres no trabalho ou em outro papel social é um significado socialmente construído. Há movimentos também de educação ambiental, onde se diz que essa contribui para a formação humana, além da preservação do natural, ou ainda a educação intercultural, onde é proposto que a escola elabore um currículo que atenda a coletividade e incorporação das culturas existentes na sociedade.

Contudo, a alfabetização constitui-se como algo extremamente importante para o desenvolvimento de qualquer pessoa como indivíduo ativo na sociedade, sabendo ler e escrever, e encontrando seu lugar no mundo. Perante essa ideia, a UNESCO apresenta quatro eixos de compreensão do significado de alfabetização. Aqui destacamos:

- Alfabetização como o resultado de um processo de aquisição de habilidades específicas;
- Alfabetização aplicada, praticada e situada de acordo com o contexto, ou seja, a realidade local;
- Alfabetização é composta por um processo de aprendizagem e aquisições de habilidades básicas, que precisa ter início, meio e fim, pois servirá de base para o aprendizado da criança. Segue-se um roteiro, primeiro é preciso aprender a ler, para conseguinte, ler para escrever.
- E por fim, alfabetização compreende o domínio do texto, interpretação e compreensão.

Apropriar -se do sistema de escrita, aprendizado do alfabeto e sua utilização como código de comunicação, corresponde ao processo de alfabetizar, indispensáveis ao domínio da leitura e escrita.

Com isso,

A alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer essa função de forma plena, é preciso que o professor tenha clareza do que ensinar. Para isso, não basta ser um reproduzidor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática. (BRASIL, PNAIC, Caderno de apresentação, ano 1, 2012, p. 27).

Isso nos mostra quão importante é a concepção sobre alfabetizar para se constituir todo um processo de assistência na formação das crianças no período correspondente ao seu aprendizado de letramento e alfabetização, bem como a influência para construção de indivíduos ativos, participantes, cumpridores de direitos e deveres na sociedade.

Muito além desse conceito sobre alfabetização,

A concepção adotada no âmbito do PNAIC é a da Alfabetização na perspectiva do Letramento. Ou seja, entende-se e defende-se que é preciso que a criança domine o Sistema de Escrita Alfabética, mas que também desenvolva habilidades de fazer uso desse sistema em diversas situações comunicativas, com autonomia. (BRASIL. PNAIC, Caderno de Apresentação ano 3. 2015, Pag. 21).

Desse modo, é importante e necessário que a criança saiba fazer o uso do sistema de escrita alfabética, tendo notação alfabética juntamente com vivências do cotidiano que a influência a utilizar dos seus conhecimentos e aprendizados adquiridos, como a prática da leitura e escrita.

Conforme os Cadernos, o PNAIC não apresenta um método específico, entretanto oferece várias opções metodológicas, sendo todo o processo de educação continuada uma forma de contribuição para que o professor alfabetizador se sinta livre para desenvolver estratégias de trabalho conforme as necessidades de sua turma.

Como citado por Melo (2015, p. 170):

Nos demais cadernos do Pacto muitas vezes encontraram-se também posicionamentos construtivistas e sociointeracionistas, conclui-se, pois, que apesar do Pacto auto-denominar-se iluminado pelo letramento, mescla três concepções distintas: construtivismo, letramento e sociointeracionismo que, segundo Smolka (1993), prefere-se atualmente denominar como perspectiva histórico-cultural.

Por isso Eifler (2016, p. 31) reitera dizendo que:

(...)pode-se afirmar que a alfabetização é, sem dúvida alguma, uma prioridade no contexto nacional atual, cabendo ao professor alfabetizador a função de auxiliar na formação do educando para o exercício pleno da cidadania e do desenvolvimento social e individual de nossas crianças. E para que o educador possa exercer sua função de forma plena, é necessário que tenha clareza daquilo que ensina, e de como a criança aprende. Para tanto, não se torna suficiente que o professor seja apenas um reproduzidor de métodos, objetivando unicamente o domínio de um código linguístico, seja ele qual for. É necessário clareza sobre as concepções de alfabetização que fundamentam sua prática e que são inerentes a ela.

Enfim, não há uma distinção única e exclusiva para denominar a concepção de alfabetização e letramento com base nos cadernos do PNAIC, entretanto, há uma mescla de conceitos que, juntos compõe os objetivos que se busca alcançar.

4.3 - As contribuições do processo de formação continuada do PNAIC no PNE

O PNE, consiste é um Plano Nacional de Educação sancionado em 2014, visando melhorar a educação no país com base em 20 metas que devem ser alcançadas até 2024. As metas são acompanhadas pelo Ministério da Educação (MEC), pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e pelo Fórum Nacional de Educação.

Para tanto, foram lançadas 10 diretrizes para a superação das desigualdades educacionais; promoção da qualidade educacional; valorização dos (as) profissionais da educação; promoção da democracia e dos direitos humanos e; para o financiamento da educação, conforme o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024:

- *Erradicação do analfabetismo;*
- *Universalização do atendimento escolar;*
- *Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da justiça social, da equidade e da não discriminação;*
- *Melhoria da qualidade da educação;*
- *Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;*
- *Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;*
- *Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;*
- *Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;*
- *Valorização dos profissionais da educação;*
- *Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.* (BRASIL, PNE, 2015, pag. 12, 13).

Assim, vemos que para cumprir tais objetivos, são estabelecidas metas no Plano, dentre elas, destacamos a Meta 2- Ensino Fundamental *Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE”* (Brasil, PNE, 2015).

Araújo (2010) afirma que *“existem conflitos federativos no Brasil, por falta de regulamentação do regime de colaboração, os quais se tornaram ainda mais complexos e assumiram duas dimensões: uma vertical e outra horizontal”*

A dimensão vertical segundo a autora se traduz na atitude defensiva do governo federal ou livrando-se de encargos com extinção de sua intervenção, ou incentivando programas de descentralização, nos quais assume postura de fiscalizador dos processos. Na dimensão horizontal, a “guerra fiscal” é exemplo clássico de conflitos entre os entes federados, dada a dificuldade de articulação para garantia de medidas de acesso, permanência e qualidade nas etapas e modalidades da educação básica.

Nas palavras críticas de Araújo (2010, p. 759), a Portaria CNE/CP n.10, de 6 de agosto de 2009, do novo PNE,

(...) não questiona, ao contrário, parece estimular o princípio de subsidiariedade e dos conflitos verticais presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ao prescrever que as metas no novo PNE devem conter o estímulo à organização dos sistemas municipais de ensino, orientando-os a constituir conselhos que se tornem órgãos normatizadores do ensino público municipal e das instituições privadas de educação infantil; bem como a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica voltado para subsidiar o processo de gestão educativa e para garantir a melhoria da aprendizagem e dos processos formativos, medidas estas que vêm sendo conduzidas pelo governo federal há décadas, sem qualquer ação consequente na melhoria do acesso, da permanência e da qualidade do ensino.

Durante a tramitação do Plano Nacional de Educação tivemos redações e metas e estratégias aprovadas pela Câmara e pelo Senado, mas de conteúdos diferentes. No texto do Senado e no texto da Câmara, a META 12 apresenta objetivos de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%, e a taxa líquida para 33% da população entre 18 e 24 anos. Porém a Câmara além de assegurar qualidade de oferta, assegura a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.

No texto da Câmara, a META 20 apresenta-se com objetivos de ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir o patamar de 7% do PIB do país no quinto ano de vigência da Lei. No texto do Senado a Meta 20 está disposta a somente ampliar o investimento público para a educação, sem distinção do seu alvo.

A sociedade civil tem um papel de reivindicar juntamente com os governos estadual e municipal o que querem para o novo PNE, observando se o que está sendo reivindicada está sendo contemplado, exercendo uma pressão sobre o processo.

E neste contexto, a formação continuada do PNAIC contribui no PNE, por oferecer a possibilidade de atingir as metas mais facilmente com ajuda do Pacto, por favorecer a capacitação dos profissionais da educação, visando maior aperfeiçoamento nos métodos didáticos, no intuito de melhor identificar as necessidades e dificuldades dos educandos, possibilitando, assim, melhorias na qualidade do ensino.

É fato que o Brasil, em sua totalidade, ainda tem várias cidades com precariedade nos orçamentos, o que dificulta e muito o desenvolvimento e execução do plano nacional de educação. Com isso, dizer que todos os municípios estão preparados para o PNAIC é prepotência, entretanto devemos mentalizar a esperança. Esta constitui-se como fator equalizador para manter viva a chama da igualdade de direitos no acesso e permanência à educação, como de sua qualidade no ensino.

Embora ainda haja metas a serem alcançadas, o PNAIC contribuiu, significativamente para proporcionar ao PNE o cumprimento de suas metas, principalmente no que diz respeito a alfabetização, formação de professores e, acesso ao ensino fundamental, evidenciando que o plano, em suma, tem funcionado.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

Metodologia de pesquisa consiste em uma ciência que precisa de métodos, ou seja, de procedimentos e ferramentas utilizados de forma sistemática, para produzir conhecimento. A metodologia é a ciência que reúne, estuda, analisa e critica esses métodos.

Para ilustrar nosso trabalho será utilizada a pesquisa explicativa, que consiste em registro, análise e interpretação de fenômenos, buscando identificar possíveis causas. É uma pesquisa mais complexa, que busca verificar hipóteses causais.

Ademais o método utilizado será a pesquisa bibliográfica, que nada mais é do que o desenvolvimento do trabalho a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 2008, p. 50).

Deste modo, entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet entre outras fontes.

A técnica para coleta dos dados será documentação indireta, ou seja, pesquisa documental e bibliográfica.

A técnica para análise dos dados será a abordagem qualitativa que salienta os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, não se preocupando com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização.

Toda a pesquisa foi feita com base em documentos, artigos, diretrizes e leis que referenciam o PNAIC e o PNE. Todo o processo de pesquisa, análise, elaboração e interpretação dos dados colhidos, levou em média 6 meses, período entre junho à dezembro de 2020.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como propósito, investigar a partir de materiais bibliográficos para se refletir sobre a contribuição da formação continuada promovida pelo PNAIC para a prática docente dos professores alfabetizadores, compreendendo sua finalidade, bem como a concepção de Alfabetização e Letramento de acordo com os aportes teóricos do Pacto e as suas contribuições no PNE.

Por fim, com base nos levantamentos, considerando as dificuldades apresentadas em nosso país, todo o processo de evolução sofrido e ademais mudanças que almejamos alcançar, é válido dizer que no campo educacional, no âmbito da educação infantil, o Brasil tem se mostrado potencialmente evoluído, principalmente no que diz respeito às práticas pedagógicas que tiveram grandes melhorias graças aos métodos sofisticados através de formação continuada promovida pelo PNAIC, favorecendo a prática docente dos professores alfabetizadores.

Vale ressaltar que antes do Pacto, sem estruturação para ministrar suas aulas, muitos professores sofriam com a precariedade de materiais e recursos didáticos, como de fato é até hoje em alguns lugares do país com pouco desenvolvimento. Entretanto, o ato de receber uma formação, uma instrução, proporciona ao educador uma ideia mais ampla de como desenvolver seu trabalho mesmo munido de poucos recursos.

Com novas metodologias, a prática pedagógica aplicada em sala de aula ganha um reforço auxiliar, a influenciar favoravelmente a aprendizagem dos estudantes nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. A Formação Continuada de professores alfabetizadores coopera para reflexão e tomada de decisões, bem como para melhoria da práxis pedagógica no ambiente da sala de aula.

Com isso, compreendemos que a formação continuada é sim, de fato, um excelente aliado do professor alfabetizador. Mesmo que não haja meios, ainda sim facilita o trabalho do educador por lhe oferecer inovações, adaptações e invenções em suas aulas, para assim, atingir os fins.

Nada disso seria possível se não houvesse o Pacto. O PNAIC é um grande contribuinte da educação brasileira, vale a pena dar continuidade ao projeto. Com bons investimentos o país alcançaria facilmente um outro patamar no ensino de qualidade. Realmente o PNAIC pode ajudar a melhorar a educação atual, através de suas capacitações, oferecendo aos educadores oportunidade de inovação nos métodos didáticos, trazendo novidades para a sala de aula, evoluindo junto com o mundo.

7. MEMORIAL EDUCATIVO

Sou Andreia da Silva Siqueira, tenho 30 anos de idade, solteira, moro em Brasília AC, um município com mais de 25 mil habitantes, venho relatar neste memorial minha trajetória escolar e minhas perspectivas para o futuro. Venho de família muito simples da zona rural da cidade e, relembro minha trajetória me veio à cabeça muitas coisas.

Conheci a escola pela primeira vez aos 08 anos de idade na zona rural, no Seringal Santa Quitéria. Logo quando comecei nem havia escola, as aulas eram ministradas na casa da professora que se chamava Alciene. Não tive jardim de infância fui logo para 1ª série, acordava todos os dias 5 horas da manhã para poder estar às 7 horas na escola, meu pai ia todo dia nos deixar, eu, meu irmão e meus primos.

Lembro-me que os conteúdos estudados eram bem precários, podemos se dizer assim, pelo fato de minha professora não ter sua graduação, mas era o que tínhamos e eu agradeço a Deus por isso e ao meu pai por ter nos incentivado a nunca desistir.

Um ano após iniciar nos estudos, fizeram uma escola que se chamava Laide Germano da Silva, onde veio um novo professor já com sua graduação, este se chamava Eldo Borges Pacíficos. A partir daí os conteúdos estudados mudaram um pouco, havia um maior nível na qualidade do ensino, apesar de ser escola de multi-série, onde um professor lecionava para quatro turmas de nível diferentes, e aplicava todas as matérias. Estudávamos a tabuada, desenhávamos muito, tínhamos muitos exercícios para casa, além disso, cada aluno, todos os dias, lia o abecedário.

Todos os dias cantávamos o hino Nacional, fazíamos fila para ir merendar, isso quando tinha algo para comer, nem sempre havia merenda na escola. Buscávamos água no igarapé para o uso diário.

Nesta escolinha, estudei a 1ª e 2ª série, como não havia a ensino a partir da 3ª série, viemos para cidade de Brasília para dar continuidade a minha alfabetização. Logo no primeiro ano estudei a 3ª e 4ª série em um ano só para recuperar o tempo perdido. Percebi as diferenças nos conteúdos estudados que eram totalmente diferentes aos da escola anterior. As provas eram mais avançadas e no ano seguinte fui pra 5ª série e acabei reprovando de ano pelo fato de não ter conseguido aprender os conteúdos estudados nos anos anteriores.

Mas o tempo foi passando, e eu fui aprendendo a lidar com certos acontecimentos que ocorreram ao logo da minha passagem pela escola, que por sinal, se eu pudesse voltar a ser

aluna novamente, eu iria adora, entretanto, como não posso, espero retornar, mas desta vez como educadora.

No ensino fundamental, estudei por 7 anos em uma única escola chamada Kairala José Kairala. Sempre gostei de lá, tive professores maravilhosos, por exemplo, a professora Ivana que dava aula de artes, uma pessoa maravilhosa, não havia se quer um aluno que não gostasse dela, tinha uma forma de ensinar tão simples, mas o mesmo tempo era exigente, costumávamos dizer que ela falava a nossa língua, era professora, mas ao mesmo tempo era amiga, mãe, colega e dentre outras coisas. Até hoje quando a vejo nas ruas, sempre me bate aquela lembrança maravilhosa que passei na sala de aula quando ela estava ensinando. Tenho-a como exemplo de pessoa e profissional, inspirei-me nela e adquiri o desejo por ser pedagoga.

Já no ensino médio, a sala de aula era bem organizada sempre em fileira já tínhamos quadro, já não se usavam mais as lousas como na época da 1ª série. Sempre fui muito quieta calada, tinha medo até de fazer amizade, então costumava sentar na frente na primeira fileira, sempre gostei muito de estudar, a disciplina de história era uma das minhas matérias preferidas, conhecer todas aquelas histórias sobre o homem, bem antes de eu ter nascido, acha e ainda acho tudo muito fascinante. Creio eu que a disciplina de história é, foi e sempre será uma ciência que estuda o homem através do tempo.

Adorava quando ia fazer trabalho de história sempre tirava notas boas, adquiri muito conhecimento através dessa disciplina. Aprendi que, sempre vamos ter uma história para contar, a disciplina Projeto deste curso de Pedagogia está sendo de suma importância para o término do meu curso, através dela que vou elaborar meu projeto final, meu trabalho de conclusão de curso. Enfim, só tenho que agradecer a cada professore que passaram ao longo dessa caminha, o meu muito obrigada.

8.PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Posso dizer que foi difícil chegar até aqui, mas hoje já me sinto uma vencedora, mas isso é a continuação do que eu sempre almejei na vida. A escola foi de suma importância na minha vida, eu sou grata por tudo que a escola ensinou.

Hoje em dia é tudo diferente, existem sim uma escola de muitos conhecimentos, mas ainda faltamos chegar à uma escola de qualidade, igualitária para todos, entretanto, cabe-nos esperar e lutar em prol de melhorias cada vez mais.

Meus professores foram maravilhosos, adorava todos eles, contribuíram muito para meu aprendizado. Meu pai sempre me dizia que eu tinha que estudar para que eu pudesse ter um futuro melhor que não viesse viver uma vida sofrida como a dele. E foi isso que eu fiz. Vi a luta dele para sustentar a família na cidade e um dia disse para ele que eu entregaria um diploma nas mãos dele, e em breve vou fazer isso.

Profissionalmente, atuar como pedagoga será um privilégio. Espero contar com o Pnaic para meu aperfeiçoamento na prática docente. Do mesmo modo que hoje em dia o Pacto vem fazendo a diferença na melhoria do ensino no cenário brasileiro, almejo participar do aprimoramento da qualidade da educação.

Embora uma pessoa sozinha não seja capaz de mudar o mundo, ainda assim, em uma pequena parte dele, ela é capaz de fazer a diferença. E com a formação continuada através do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, espero poder contribuir em sala de aula com ideias inovadoras, métodos sofisticados e avançados para uma melhor alfabetização.

Creio que cada um de nós é capaz de ser um grande profissional em qualquer área, basta querer e ir em busca dos nossos sonhos, porque a história não para, sempre vamos ter novas histórias e algo para contar e a ensinar.

Minha perspectiva são as melhores, depois que terminar esse curso pretendo fazer minha pós-graduação e logo mais fazer outros cursos ao qual tenho desejo de fazer também. A caminhada foi longa até aqui mais em breve terei motivos para agradecer ainda mais a Deus

9.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. *Constituição, Federação e Propostas Para O Novo Plano Nacional De Educação: Análise Das Propostas De Organização Nacional Da Educação Brasileira A Partir Do Regime De Colaboração*. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 749-768, jul.-set. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

ARAÚJO, Roberta Negrão de; REIS, Sandra Regina dos. *A formação continuada e sua contribuição para o professor alfabetizador*. Universidade Estadual do Norte do Paraná. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

BEZERRA, Eliandra de Oliveira. *Educação Étnico-Racial na Educação Infantil-Metodologia de Ensino*. Brasília – AC, Out. de 2018. 50 Páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia FE/UnB-UAB.

CORBUCCI R.P *Dimensões estratégicas e limites do papel da educação para o desenvolvimento brasileiro*. Revista brasileira de educação V.16 n.48 Set.-Dez. 2011; p. 563-807.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília 2010.

EIFLER, Fabiana Cristina Winter. *O Impacto Do Pacto: Reflexos De Uma Política Pública Voltada À Educação, Com Ênfase Na Formação Continuada Dos Professores Da Rede Pública*. Lajeado, junho de 2016.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Sexta Edição, Editora Atlas S. A. São Paulo, 2008.

JESUS, Bárbara Ghesti de. *As Contribuições do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Aprendizagem da Língua Portuguesa no BIA*. Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

JR. Moysés Kuhlmann. *Histórias da educação infantil brasileira*. **Revista Brasileira de educação**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola-Teoria e Prática*. Editora Alternativa, 1ª ed. 2001, 2º ed. 2004.

MELO, Eliane Pimentel Camilo Barra Nova de. *PNAIC: Uma Análise Crítica das Concepções de Alfabetização Presentes Nos Cadernos de Formação Docente*. Sorocaba, 2015. Dissertação – Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba.

Ministério da Educação. Disponível em: < portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7161-2-9-artigo-mec..lea.../file> Acesso em 31 de out. de 2019.

Ministério da Educação. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a educação Infantil*. Secretaria de educação Básica. Vol. II Brasília, 2006.

Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024 Linha de Base*. Secretaria Executiva. Brasília, 2015.

Ministério da Educação. *Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Formação do Professor Alfabetizador. Caderno de Apresentação, ano 1*. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2012.

Ministério da Educação. *Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Caderno de Apresentação, ano 3*. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2015.

Ministério da Educação. *Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Documento Orientador*. Secretaria de Educação Básica. 2017.

NOVO, Benigno Núñez. *Financiamento da Educação: Gestão, Transparência e Controle Social dos Recursos*. Meu Artigo. Disponível em: <<https://www.brasilecola.com>> Acesso em: 18 de outubro de 2020.

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida; MUNFORD, Danusa; COUTINHO, Francisco Ângelo; NOGUEIRA, Kely Souto. **Infância e Escolarização: a inserção das crianças no ensino fundamental**. 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/edreal/v42n1/2175-6236-edreal-42-01-00345.pdf>> acessado em 28 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, Josélia Ferreira de. *A Formação Do Pnaic E Sua Repercussão No Processo De Ensino-Aprendizagem: o que dizem os professores do 1º ao 3º ano de uma Escola Municipal de Campina Grande-PB*. Campina Grande, 2018.

PEREIRA, Michele Cezareti. **Evasão escolar: causas e desafios**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 02, Vol. 01, pp. 36-51. Fevereiro de 2019. ISSN: 2448-0959.

SILVA, Marcelo Oliveira; VITÓRIA, Maria Inês Corte. *Formação Continuada De Professores: Concepções E Entendimentos De Professores De Um Curso De Hotelaria*. Ix Anped Sul, Rio Grande do Sul, 2012.